

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E SETE

-----Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas vinte horas dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. *Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas relativamente ao ano de 2006;*-----

-----2. *Estatuto de Oposição – Lei nº 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância;*-----

-----3. *Constituição do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da Lei nº 33/98 de 18 de Julho;*-----

-----4. *Aditamento de Elementos Técnicos à Carta Educativa nos termos do artigo 19º do Decreto Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro;*-----

-----5. *Relatório Anual da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Porto de Mós, no âmbito da alínea i) do nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;*-----

-----6. *Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.*-----

-----1 – **ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão ou chegaram durante a mesma, os seguintes membros: Amaral António Ferreira Ribeiro (P.S. - Falta justificada); António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD – Falta Justificada), António Pedro Porto Ribeiro Marques (P.S. - Falta Justificada), Arlindo Manuel Cordeiro Ferreira (PPD/PSD – Presidente da Junta de Freguesia de Mendiga/Falta Justificada), David Luís Durão (PPD/PSD/Falta Justificada); José Ferreira da Silva Coelho (PPD/PSD/Falta Justificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves, Jorge Manuel Vieira Cardoso, a Assistente Administrativa Especialista Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e a Assistente Administrativa Helena Isabel Ferreira de Sousa.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita e/ou oral que estes apresentaram dentro do prazo regimental. --

-----2. **LEITURA DO EXPEDIENTE:**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal.-----

-----3. **APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Foi posta a discussão a acta da sessão anterior, tendo o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Juncal, João Manuel Rodrigues Coelho, pedido a correcção do seu nome a fls. 388, onde está escrito João Manuel Rodrigues Pereira, que se escreva João Manuel Rodrigues Coelho. ---

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez uma chamada de atenção à Assembleia acerca do burburinho insuportável que se verificava, pedindo que os membros que estavam a falar entre si, respeitassem a instituição da qual fazem parte.-----

-----Não tendo havido mais intervenções, foi a acta da sessão ordinária realizada em 23 de Fevereiro de 2007, **aprovada por unanimidade**.-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, dirigindo-se à mesma, alertou os membros da Assembleia para o cumprimento dos tempos de intervenção, previstos no Regimento.-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente da Assembleia introduziu o tema Ano da Igualdade de Oportunidades, fazendo referência ao convite que recebeu da parte do senhor Governador Civil de Leiria, para uma reunião com todos os Presidentes das Assembleias Municipais do Distrito, com o objectivo de se divulgar este Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, tendo lá sido sugerido que fossem as Assembleias Municipais com o apoio dos Executivos, a divulgar esta temática. Para essa divulgação foi sugerida a realização de uma Assembleia Municipal Temática e um Fórum sobre este assunto, ou duas Assembleias Extraordinárias temáticas, considerando-se ser esta uma questão que nos deve preocupar a todos e sendo transversal a todos os partidos políticos. Assim, na sequência daquela reunião, o senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a criação de uma Comissão da qual ele fará parte e que será igualmente integrada, por um representante de cada partido político, com assento nesta Assembleia Municipal, tendo por fim o planeamento de algumas acções durante este ano, sobre esta temática da Igualdade de Oportunidades para Todos, contando com o apoio da Câmara Municipal para essas acções. Mencionou ainda para além dele próprio, integrariam a referida Comissão, Olga Cristina Fino Silvestre (PPD/PSD), Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP) e Gisela Rute Rosa Ferreira (P.S.).-----

-----Pedi ainda ao senhor Presidente da Câmara Municipal a colocação de um panfleto, alusivo ao assunto, e que trouxe daquela reunião do Governo Civil, no Edifício dos Paços do Concelho, à semelhança do que vem acontecendo noutros municípios. Para terminar, e para quem tiver curiosidade de conhecer mais sobre esta temática, deixou um sítio da Internet (www.igualdades2007.com.pt) onde se poderão colher informações.-----

-----Terminado que foi este assunto, e antes de entrar no normal funcionamento da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Assembleia fez referência ao facto de, tradicionalmente se transferir para depois da Ordem do Dia o Período de Antes da Ordem do Dia. Pelo facto de não haver uma razão que justifique tal transferência, disse que se iria iniciar esta Assembleia Municipal e as próximas pelo **Período de Antes da Ordem do Dia**, dando assim cumprimento à Lei e ao Regimento, dizendo estarem abertas as inscrições para os membros da Assembleia que desejarem intervir neste período.-----

-----**Carlos Alberto Gomes Jorge (PPD/PSD):**-----

-----Usou da palavra para pedir informação sobre qual a localização dos campos de ténis e se é mesmo para avançar com a sua construção na vila de Mira de Aire. Chamou ainda a atenção para o Campo de Futebol da Fiandeira, que tem balizas soltas que poderão pôr em perigo algumas pessoas, nomeadamente crianças, perguntando a quem se atribuirão responsabilidades se houver algum acidente. Fez ainda menção a uma construção que está junto às Grutas e que está embargada, fazendo alguns reparos e considerações acerca da posição do IPPAR e manifestando a sua perplexidade por se estar a construir tão perto das Grutas, dizendo que não basta serem património classificado se depois não forem protegidas e acauteladas, pedindo a protecção de um património que honra Mira de Aire e o Concelho.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Vítor Louro Cordeiro (P.S.):**-----

-----Fez alusão a alguns "recados" enviados ao senhor Presidente da Câmara Municipal através do Jornal "O Portomosense", manifestando-lhe a sua confiança e solidariedade.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):**-----

-----Congratulou-se com o facto de o Período de Antes da Ordem do Dia ter sido colocado no sitio certo. Disse ainda ter tido conhecimento de que a Direcção Geral de Florestas havia aberto concurso para a aquisição das madeiras ardidas nos últimos incêndios do verão passado, e que 60% das respectivas receitas seriam para as Juntas de Freguesia acrescentando que lhe pareceu que no caderno de encargos se esqueceram de contemplar verbas para a remoção dos resíduos combustíveis que ficaram nos terrenos, o que significará um risco acrescido de incêndio no verão que se aproxima, devendo esses custos estar previstos no respectivo caderno de encargos. Alertou ainda para o facto de o arranjo dos caminhos de acesso a esses locais serem da responsabilidade dos municípios.-----

-----Questionou depois o senhor Presidente da Câmara sobre a situação dos parques eólicos, nomeadamente o do Bezerra. Referiu-se também á eliminação das barreiras arquitectónicas no concelho, referindo-se ao Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos como o momento ideal para se debater esse assunto.-----

-----Manifestou ainda a sua preocupação com a elaboração do Plano de Ordenamento do PNSAC, perguntando ao senhor Presidente da Câmara, se este sabe para quem remete a autorização das construções, se é para o Parque, se é para a Câmara, ou para os dois em conjunto. Perguntou depois sobre a área de 40% defendidos pelo Município para as pedreiras se é a somar á área recuperada, dizendo que é uma situação que não está devidamente esclarecida. Referiu-se depois ao incentivo á fixação de jovens que está a ser levada a cabo pelo concelho da Batalha, afirmando ser um exemplo a seguir pelo Município de Porto de Mós.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PPD/PSD):**-----

-----Usou da palavra para colocar duas questões, sendo uma a questão do trânsito da Boeira, podendo ali ocorrer um grande acidente em virtude de a estrada ter ruído em parte. Referiu ainda que quando aqui falou na ultima sessão, de que o trânsito pesado devia ser proibido na estrada da Baiona, o senhor Presidente da Câmara concordou com essa necessidade dizendo que providenciaria nesse sentido, no entanto e apesar disso, a situação mantém-se inalterada.-----

-----Questionou depois o senhor Presidente da Câmara sobre o processo da revisão do PDM e da situação em que se encontra, dizendo que a população do Juncal começa a ficar desesperada.-----

-----Perguntou ainda ao senhor Presidente da Câmara, face á promessa que foi feita de este ano se dar continuidade aos passeios da Cumeira, para quando o inicio dos trabalhos.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** passou a responder aos anteriores intervenientes, tendo dito a **Carlos Alberto Gomes Jorge**, que se iriam construir dois campos de ténis em Mira de Aire, objecto de protocolo que foi firmado com uma empresa ao abrigo da lei do mecenato. O local está ainda em estudo, mas tudo aponta para que os campos de ténis possam vir a ser construídos junto ao campo de futebol, atendendo a que se encontra ali o complexo desportivo de Mira de Aire-----

-----Quanto ao Campo da Fiandeira, disse ter reunido com a Directora Geral do Património, e os valores que ela tem são extremamente elevados para que a Câmara possa estar interessada na sua aquisição, tendo no entanto manifestado á senhora Directora Geral total disponibilidade para negociar, dentro de valores que se possam entender razoáveis para os cofres do município. Referindo-se ás balizas que se encontram soltas e apesar de isso o preocupar, disse que isso não é da responsabilidade da autarquia. Ainda assim, disse que iria tomar providências no sentido de as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mandar fixar convenientemente. -----

-----No que se refere á construção junto ás Grutas, e depois de alertado para o facto de que se estava a construir em local diferente daquele para onde o projecto tinha sido aprovado enviou a fiscalização municipal que informou que o desaterro efectivamente estava a ser efectuado em local diferente daquele para aonde tinha sido aprovado, pelo que as obras foram de imediato suspensas. Veio-se depois a perceber que os trabalhos não foram no local onde deveriam ser porque passa nesse local um cabo eléctrico de média tensão para alimentação das Grutas e que atravessa propriedade privada, mas que esse será um conflito entre privados a que a Câmara é completamente alheia. Nesta altura, já houve lugar a um pedido junto do IPPAR para implantação da obra noutra local, estando nas mãos daquela entidade a gestão daquela situação. -----

-----Agradeceu as considerações políticas que Vítor Louro teceu, dizendo não ser pré candidato ás eleições, de modo nenhum, dizendo que o município não pode ser gerido a pensar em eleições. -----

-----Quanto aos resíduos combustíveis, referiu que alguns foram retirados mas que parte deles permanecem no local e que os próprios madeireiros contribuem para isso.-----

-----Quanto aos caminhos, disse que tanto a Câmara como as Juntas de Freguesia se podem orgulhar do excelente trabalho que tem sido feito em parceria, no concelho. Nesta área da limpeza de terrenos também houve uma pareceria com o PNSAC.-----

-----No que se refere ás barreiras arquitectónicas, disse estarem em fase de projecto, no âmbito do URBCOM algumas obras com vista á sua eliminação, na vila de Porto de Mós. -----

-----Quanto aos parques eólicos, reconheceu a pertinência da pergunta, fazendo menção á grande procura que existe para a instalação desses parques no concelho de Porto de Mós. Disse ainda que o problema dos Parques Eólicos são problemas ambientais que condicionam fortemente a sua localização, mas também tem a ver com os pontos de entrega de energia. Referiu ainda que o Parque Eólico da Mendiga está bem posicionado porque ficando muito próximo da zona de Alcanena poderá beneficiar de um ponto de entrega a sul do concelho de Porto de Mós. Acrescentou ainda que o parque de Mira de Aire tem parecer favorável do Instituto do Ambiente.---

-----Referiu-se depois ao Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, como uma das situações mais preocupantes que tem em mãos, dizendo que ordenar não é proibir mas sim criar regras, manifestando a sua preocupação quanto ao futuro da exploração das pedreiras se este Plano for aprovado conforme está neste momento. -----

-----No que se refere ao PDM, disse que não se está a descurar este assunto, mas que não tem sido possível avançar mais depressa. Manifestou ainda a sua preocupação relativamente á dificuldade de expansão nesta área, relativamente a algumas zonas do concelho de Porto de Mós, como é o caso do Juncal, referido por Luís Almeida, mas havendo várias situações no concelho onde isso se verifica. -----

-----Quanto à questão dos incentivos aos jovens, disse ter sido aprovado na ultima reunião de Câmara o Projecto de Regulamento do Cartão Jovem.-----

-----Quanto à proposta da área de 40% defendidos pelo Município para as pedreiras e se é a somar à área recuperada, respondeu que se trata de uma proposta da Câmara Municipal que surgiu na fase inicial havendo no entanto abertura para a reduzir tendo em conta essa referencia e somando-se ás áreas recuperadas. Quanto ao facto de as construções remeterem para o Plano de Ordenamento do Parque ou para o PDM, o senhor Presidente da Câmara respondeu que hierarquicamente o primeiro é superior ao segundo, sendo que um é de natureza legislativa e outro é de natureza regulamentar, pelo que o PDM tem que ser gerido em função daquilo que o próprio Plano de Ordenamento permitir, pelo que por aqui se vê a importância de conciliar os dois Planos. Acontece que um dos problemas que se levantou, estando em discussão a grande maioria dos PDM's da área do Parque bem como o próprio Plano de Ordenamento do Parque, foi que, os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perímetros urbanos referidos neste tinham de ser coincidentes com os perímetros previstos em PDM. Como a revisão dos PDM's se encontra atrasada em relação àquela, corria-se o risco de aprovar um Plano de Ordenamento do Parque que depois não desse resposta às nossas pretensões em termos de PDM. Assim introduziu-se uma norma de salvaguarda no Regulamento do PDM, dizendo que no caso de não haver coincidência entre os dois Planos, e no que se refere a perímetros urbanos, prevalece o que está no PDM.

-----Respondendo depois a **Luís Almeida**, disse que a sua questão é extremamente pertinente e que tendo visitado o local verificou que apesar de ter havido uma quebra do tapete não há deslizamentos, encontrando-se estabilizado. Quanto à sinalização referiu que, para proibir ali o trânsito pesado, se terá que fazer uma pré-sinalização na E.N. 1 e na E.N. 8, e que terá que ser aprovada pela Direcção de Estradas.

-----Quanto aos passeios a efectuar na Cumeira, confirmou que irão ser realizados este ano.

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PPD/PSD):** -----

-----Usando da palavra colocou algumas questões sobre a aplicação pela Câmara Municipal do Novo Regime do Arrendamento Urbano, nomeadamente no que toca à criação das CAM's (comissões arbitrais municipais). Reiterando em parte a intervenção de Antonieta Mariano referiu-se também à instituição do cartão-jovem municipal, do cartão sénior municipal para os idosos do concelho com rendimento inferior ao salário mínimo nacional e isentar os jovens carenciados até os 25 anos de idade de taxa de licença para a primeira habitação, dizendo serem promessas eleitorais que constavam do programa eleitoral do senhor Presidente da Câmara e que meio mandato passado ainda não viu que fossem cumpridas, perguntando se pretende cumpri-las ou se não terão passado disso mesmo. Quanto ao PDM, disse que no programa eleitoral do senhor Presidente, um dos pontos relativos ao planeamento e urbanismo era a conclusão rápida do PDM, tendo concluído que da explanação do senhor Presidente acerca desse assunto a conclusão rápida seria de um ano reiterado de mais um ano e assim sucessivamente, pelo que o que pretendia saber com alguma segurança, era para quando a conclusão rápida do PDM.

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.S.):** -----

-----Aproveitando o facto de este ser o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, abordou o tema das barreiras arquitectónicas algo que diz directamente respeito à mobilidade das pessoas com deficiência sendo que as iniciativas que foram tomadas por anteriores executivos em nada contribuí para a resolução do problema passando a ler um texto publicado no sítio da Internet www.redemobilidade.org

-----*"A abolição de barreiras arquitectónicas, sociais e psicológicas constitui um objectivo inadiável das sociedades modernas e é a única via para tornar as nossas cidades adequadas a todos os cidadãos, sem discriminações de qualquer natureza. Construir cidades com mobilidade constitui por isso, um imperativo ético e social, traduzindo o respeito pelos valores fundamentais da solidariedade, da liberdade e da equiparação de oportunidades.*

-----*"Planear e projectar cidades, é tentar perceber o seu funcionamento estrutural, como suporte dos mais variados fluxos que, pela sua multiplicidade e diversidade, atravessam, cruzam e sobrepõem todo esse território, num tempo que se perde na velocidade. Exige-se, deste modo, a ligação de todos os diferentes conceitos de mobilidade, na formação de um único conceito: aquele que possa transmitir total liberdade de movimentos." (Teles, 2005)*

-----*Pertencer à REDE é comunicar intervenções, enriquecer experiências, verificar modos de actuar, ser apoiado por especialistas com experiência europeia, promover solidariedades, resolver conflitos, integrar vontades qualificadoras e anti-segregativas, construir espaços urbanos para todos, responder afirmativamente aos imperativos éticos e culturais, viver em pleno a contemporaneidade.*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O desenho urbano útil para as pessoas portadoras de deficiência é universal e importante para todos.-----

Existe um elevado número de pessoas que todos os dias se depara com grandes dificuldades ou se vê impossibilitado de frequentar locais públicos, quer devido ao conjunto de obstáculos existentes na via pública, quer à falta de condições de acesso e de circulação, tanto nas ruas como nos edifícios de utilização colectiva.-----

O Ano Europeu de Pessoas Portadoras de Deficiência deu o mote à (re)construção da cidade solidária, acessível para todos, iniciando a [APPLA](#) a Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos, em parceria com a [ACAPO](#) (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal), [Sociedade Portuguesa de Medicina Física e de Reabilitação](#), Associação de Deficientes da Região Autónoma da Madeira e [a Associação Portuguesa de Lesionados Medulares](#) e com o apoio da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, [Associação Nacional dos Municípios Portugueses](#), [Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência](#) e [da Universidade de Aveiro](#).-----

Este projecto consiste num conjunto de Cidades ou Vilas do país que manifestam vontade de eliminar as principais barreiras arquitectónicas e urbanísticas que perturbam a mobilidade a todo e qualquer cidadão.-----

Para ser sustentável, não se pode exigir, de modo repentino, uma total transformação da cidade ou vila e dos seus actores, mas é imperativo que o trabalho comece de forma programada e planeada. A REDE propõe assim, aos municípios a implementação de 9 simples, pouco numerosas e evolutivas medidas que tornarão, de forma visível, a cidade ou vil mais amigável para todos os cidadãos, sem qualquer excepção.-----

2004 foi o segundo ano de adesão dos municípios à REDE, e actualmente já fazem parte deste projecto 70 municípios, alguns dos quais já começaram, no terreno, a construir uma Cidade para Todos.-----

-----Terminou dizendo que do distrito de Leiria os últimos concelhos a aderirem à Rede foram Peniche e Caldas da Rainha, propondo, por ser um assunto que está na agenda de todos os partidos, embora não tenha tido oportunidade de falar com o líder da bancada do PSD, no âmbito das iniciativas que vão ser tomadas no Ano da Igualdade de Oportunidades, que se forme um grupo de trabalho que pelo menos veja as virtudes deste projecto e se é uma iniciativa à qual valha a pena aderir. -----

-----**José Jorge Couto Vala (PPD/PSD):**-----

-----Disse que queria colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara mas que não podia deixar de felicitar o Fernando Amado pela sua anterior intervenção, por se tratar também para ele de um assunto muito caro. Referindo-se à associação Rede, disse que esta foi parceira do Governo Civil em 2003, aquando da sinalização do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, tendo-se tentado criar uma dinâmica para que os municípios do distrito se lhe associassem, tendo alguns aderido. -----

-----Dirigindo-se depois ao senhor Presidente da Câmara, questionou-o sobre a realização das obras de construção do hotel em Porto de Mós, porque disse ter conhecimento de que há pouco tempo atrás foi feita uma transacção do terreno do hotel e que lhe dissesse quando é que acaba o compromisso que existe entre o município e o promotor, que obriga à passagem eventual pela não construção do hotel, do terreno para a posse da Câmara e também a execução de uma garantia bancária. Manifestou ainda preocupação pelo facto de, a ter havido transacção, se também terá sido transaccionada esse ónus.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu a Olga Silvestre a propósito do Novo Regime do Arrendamento Urbano que não houve alteração das taxas aplicáveis, razão pela qual esse assunto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não veio à Assembleia. Fez ainda referencia ao facto de na apresentação deste Novo Regime do Arrendamento Urbano, em Lisboa, ter sido parabenizado pelo senhor Secretário de Estado de Ordenamento do Território pelo facto de ter sido o concelho de Porto de Mós a fazer a 1ª avaliação nos termos do novo regime. Referiu também que a Lei não obriga à criação das CAM's pelo que foi deliberado em reunião de Câmara não proceder à sua criação. -----

-----Quanto à intervenção de Fernando Amado manifestou a sua concordância achando que também os membros da Assembleia são da mesma opinião. -----

-----Quanto a José Jorge Couto Vala disse que efectivamente foi feita uma parceria com o Governo Civil naquela altura mas que, a verdade, é que nada foi feito, considerando que é urgente fazer algumas intervenções nesta área. -----

-----Quanto ao hotel, disse que tanto quanto sabe, o documento que está arquivado na Câmara deixa de produzir efeitos em 24.09.2009. Disse depois que o projecto está em Lisboa e que já está aprovado pela Direcção Geral de Turismo. Quanto à transacção, disse que só sabe disso verbalmente, porque em termos oficiais, na Câmara continua a ser a JCL a responsável pelo hotel, e se for pedido o averbamento para outro nome ele só será feito mediante a apresentação de uma nova garantia bancária e mediante uma nova escritura que comporte todas as condicionantes.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia interveio pedindo ao senhor Presidente da Câmara que respondesse integralmente às questões de Olga Silvestre o que aquele fez, dizendo que o cartão sénior bem como o cartão para os bombeiros estava para breve, estando o Regulamento do Cartão Jovem já em fase de publicação. No que se refere à data de conclusão da Revisão do PDM, disse que o anterior executivo, do qual fazia parte, atrasou essa revisão para que o inquérito público não coincidissem com ano de eleições e para que acontecesse já durante o próximo mandato. Entretanto neste hiato de tempo toda a legislação da área do urbanismo foi alterada. Assim o Regulamento que estava numa fase já bastante adiantada teve que ser todo revisto de forma a ser adaptado à nova realidade legislativa. -----

-----4. PERIODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----4.1. **Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas relativamente ao ano de 2006:**-----

----- Entrando na ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que depois de tecer algumas considerações sobre o documento em apreço, cedeu a palavra ao senhor Vice-Presidente em virtude de ser ele o responsável pelo Pelouro de Economia e Finanças. -----

-----O senhor Vice Presidente, no uso da palavra, começou por dizer que o documento em apreciação se encontra estruturado em três grandes partes sendo elas Introdução, Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras. Disse ainda que, uma das preocupações foi apresentar os resultados de 2006 comparando-os com valores obtidos nos exercícios de 2004 e 2005. Continuou salientando as áreas em que se exigia uma intervenção prioritária no início do exercício de 2006, onde era necessário actuar com exigência e firmeza e que são controlo e rigor orçamental, redução ou contenção da despesa corrente, equilíbrio financeiro, racionalização dos custos e mais investimento. Assim referiu que se obteve um bom controlo orçamental tendo apenas lugar a 9 modificações anuais em contraponto com os exercícios anteriores. Referiu ainda que o grau de execução orçamental da receita subiu de 66,52% para 78,36% e o grau médio de execução da despesa igualmente subiu e fixou-se em 78,26%. -----

-----Referiu-se depois a algumas medidas usadas na contenção da despesa de forma a reduzir a despesa corrente em cerca de 3,09%, face à despesa verificada em 2005, tendo acrescentado que o peso da despesa corrente *versus* despesa total baixou de cerca de 73,02% para 68,86%.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu-se ainda ao prazo médio dos pagamentos que passaram de 100 dias em 2005 para 56 dias no final de 2006.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):**-----

-----Disse que apesar de não ser especialista na matéria acha que a Câmara está a ser bem gerida, parebenizando o senhor Vice-Presidente pelo documento que hoje foi presente a esta Assembleia e dizendo ter verificado que a situação económica e financeira do município é bastante melhor do que no ano passado.-----

-----**Ana Paula Laureano Noivo (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

-----No uso da palavra, deu os parabéns ao executivo camarário pela excelente apresentação que aqui acabaram de nos apresentar bem como os resultados obtidos que reputa de muito mais importantes, manifestando ainda a sua satisfação pela equipa em que acreditou e em que continua a acreditar começa a dar provas em contraponto com as dúvidas suscitadas pela bancada da oposição, faz agora um ano.-----

-----Acrescentou ainda que finalmente as contas deste município merecem o tratamento digno que ao longo de tantos anos não lhes foi dado.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PPD/PSD):**-----

-----Manifestou a sua discordância relativamente às anteriores intervenientes, dizendo que não se pode comparar o incomparável. Disse ainda que a ter-se presente os princípios gerais da contabilidade, os mesmos referem que, sempre que tenham ocorrido efeitos materialmente relevantes, isso deve ser tido em consideração. Isso foi o que efectivamente aconteceu, dado que o ano de 2005 foi um ano de eleições, ano anormal em relação aos outros, só podendo ser comparável com o ano de 2001. Os efeitos de comparação devem ser tidos em conta com os anos comparáveis. Passou depois a fazer uma análise comparativa entre os anos comparáveis (2003, 2004 e 2006) concluindo que as despesas correntes subiram 3,7%. Concluiu que não se verificou nenhuma reforma estruturante estando as contas ao nível das anteriores ficando um pouco aquém das expectativas.-----

-----**Vítor Louro Cordeiro (P.S.):**-----

-----Insurgiu-se contra a análise que Luís Almeida fez, em virtude de este não ter considerado o ano de 2005, manifestando o seu apoio às contas que se encontram em apreciação e à gestão que a Câmara Municipal tem vindo a efectuar, achando que não se devem hipotecar as gerações futuras condicionando-as através da falta de fundos financeiros, mas sim deixar uma Câmara saudável aos vindouros, coisa que pensa, este executivo está a fazer.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PPD/PSD):**-----

-----Fez menção ao facto de durante o último ano o executivo ter dito sucessivas vezes que a situação económica da Câmara era muito preocupante, passando-se de uma situação quase ingerível para uma situação de topo, pelo que se pode concluir que aquela propalada situação económica deficitária era um mito, porque senão, um ano depois os resultados não podiam ser estes a menos que acontecesse um milagre.-----

-----O senhor Vice Presidente usou da palavra para responder aos anteriores intervenientes, agradecendo as palavras de Antonieta Mariano e Ana Paula Noivo.-----

-----A Luís Almeida, disse não estar minimamente de acordo com a exposição nem com os fundamentos apresentados, embora reconhecendo que o ano de 2005 terá sido um ano especial em termos de gestão da Câmara, passando a rebater os seus argumentos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Respondendo a Carlos Venda disse que as contas da Câmara estão longe de estar no topo, acrescentando que nunca foi dito pelo executivo que a Câmara estava na falência, mas sim que se encontrava em sérias dificuldades financeiras, o que significa que a fonte de receita era escassa para responder a tempo e horas às suas obrigações, algumas das quais tinha que satisfazer a pronto pagamento. Disse ainda acreditar que a dívida total da Câmara irá subir, principalmente a de longo prazo, mas por muito boas razões, ou seja à custa de investimento que é uma coisa de que o concelho muito precisa. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 12 abstenções**. -----

4.2. Estatuto de Oposição – Lei nº 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância:-----

-----Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, este comentou a exigência do artigo 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio, que prevê que se dê conhecimento da actividade municipal e conhecimento prévio da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento aos partidos da oposição, mas antes da respectiva aprovação nos órgãos próprios, tendo este reunido com o membro eleito pelo CDS/PP, para a Assembleia Municipal, dado este partido não estar representado no executivo. -----

-----Não tendo havido inscrições, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

4.3. Constituição do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da Lei nº 33/98 de 18 de Julho;-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para fazer uma pequena abordagem a esta questão, salientando a necessidade de se formar uma comissão para a constituição deste conselho. Fez ainda menção ao facto de em 2000 se ter formado uma comissão destinada à constituição do conselho, não tendo este nunca funcionado. Tendo havido uma chamada de atenção da ANMP para a necessidade de constituição deste conselho, razão pela qual esta questão vem aqui hoje à Assembleia Municipal, entendeu-se reiniciar todo o processo. Assim, disse, que o que se vai aqui hoje fazer se a Assembleia concordar, é eleger uma Comissão que vai definir e sugerir à Assembleia quais as entidades que devem fazer parte deste Conselho. Disse ainda que a mesa já tinha uma proposta subscrita pelos três líderes das bancadas dos partidos com assento nesta Assembleia Municipal (P.S., PPD/PSD e CDS/PP); -----

-----"Designamos para representantes da Comissão para definir a composição do Conselho Municipal de Segurança, os membros da Assembleia Municipal:-----

-----Carlos Venda (PSD);-----

-----Fernando Amado (P.S.);-----

-----Antonieta Mariano (CDS/PP).-----

-----Colocou depois a votação a constituição desta Comissão que foi **aprovada por unanimidade**. -----

4.4. Aditamento de Elementos Técnicos à Carta Educativa nos termos do artigo 19º do Decreto Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro;-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra disse que quem iria fazer a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos, seria o senhor Vereador do Pelouro da Educação, Vereador Rui Neves, uma vez que foi ele que acompanhou todo o processo de perto, fazendo no entanto um pequeno preambulo, e lembrando que quando a Carta Educativa aqui veio para aprovação se concluiu que era um documento dinâmico, que tem que ser adaptado às situações que vão surgindo naturalmente, tendo em conta um determinado horizonte de tempo. Na sequência das notícias acerca do encerramento de algumas escolas do concelho, disse ter reunido com a Ministra da Educação, com o Secretário de Estado da Educação e com a Direcção

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Regional da Educação do Centro, tendo-lhe sido colocadas algumas questões que tinham a ver com a eventualidade de algumas escolas do concelho virem a ser encerradas. Acrescentou ainda que os elementos que aqui vêm para ser alterados têm a ver com a freguesia de S. Bento e com a freguesia do Juncal, não tendo nós aceiteado que as escolas de S. Bento encerrassem sem que a escola de acolhimento fosse melhorada nas suas condições. Como não foi aceite pela Câmara, foram feitas outras propostas no sentido de anteciparmos para 2008 o início das obras para S. Bento que estavam previstas para 2009. No Juncal, disse ter sido confrontado com uma situação que tem a ver com os Casais Garridos que tem regime duplo, com horário desdobrado, sendo posição inequívoca do Governo não permitir mais, a nível nacional, escolas em regime duplo. Confrontados com essa situação, isso levou-nos a introduzir algumas alterações que o Vereador Rui Neves passou a explicar.-----

-----O Vereador, de posse da palavra, referiu que o aditamento desses elementos técnicos tem a ver com o ofício que foi recebido da Direcção Regional de Educação do Centro, após análise da Carta Educativa e que pedia alguns elementos que estavam em falta. Passou depois a enunciar algumas situações novas que vêm aqui hoje à Assembleia, nomeadamente o alargamento que se terá que fazer na escola de Serro Ventoso, com a construção de mais uma sala de actividades, face à quantidade de crianças que existem na freguesia. Quanto à rede educativa do 1º ciclo, mencionou a situação do Juncal que o senhor Presidente já referiu, e que é concentrar todos os alunos na sede da freguesia, sendo que a EB 1 de Andam, EB1 de Casais Garridos e EB1 de Chão Pardo encerram, mas a escola de Casais Garridos servirá de retaguarda em termos de Jardim de Infância à vila do Juncal, ficando a funcionar com duas salas. Quanto à vila de Porto de Mós, além de encerrar a escola da Ribeira, a escola de Casais de Baixo também está na perspectiva de encerramento, mas será a mais longo prazo. Há pois a necessidade de se alargarem as actuais instalações das escolas do 1º ciclo de Porto de Mós e de se concentrarem os alunos das duas freguesias (S. João Baptista e S. Pedro) nas actuais instalações. -----

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PPD/PSD):** -----

-----Interveio dizendo que em determinada altura foi contra o encerramento das escolas mas que agora tanto pela orientação do Governo, como pela forma como o Município está a tratar da situação, acaba por ser o primeiro a concordar na medida em que se verifica aos poucos que as crianças ficarão com melhores condições. Disse ainda que, do documento que foi distribuído, verificou que quanto ao Instituto Educativo do Juncal se diz que não há informação disponível na área das instalações desportivas, biblioteca e recursos educativos, perguntando qual a razão dessa indisponibilidade. -----

-----Referiu ainda que há dois lugares na sua freguesia que nunca são mencionados – Picamilho e Vale de Água – e que também têm crianças em idade escolar. -----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (P.S.):** -----

-----Usando da palavra disse que no documento distribuído se fala na página 12, no reordenamento do Jardim de Infância com a re-localização e construção de uma sala polivalente na Cruz da Léguas com calendarização para o ano de 2007 perguntando ao senhor Presidente se está prevista a realização desta obra para este ano. Perguntou ainda se quando houver essa re-localização, se a Câmara já pensou no destino a dar a essa sala. Quanto à escola primária perguntou ainda se não estão previstas obras de manutenção. -----

-----**José Jorge Couto Vala (PPD/PSD):** -----

-----Disse que não consegue entender tendo em conta a importância que tem para o concelho esta questão, como é que é distribuído minutos antes da discussão um documento fundamental para o futuro e para a estrutura educativa do concelho, deixando o seu veemente protesto. -----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PPD/PSD):** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio dizendo que em Fevereiro disse que a Carta Educativa não definia um projecto educativo e não contemplava uma reorganização da rede escolar no futuro dizendo ter sido essa a via que o executivo escolheu, pelo que agora se impõem as alterações que estão em análise. -----

-----O senhor **Vereador Rui Neves** usou a palavra dizendo a **Carlos Venda** que projecto educativo têm as escolas e não a Câmara, pelo que há aqui alguma confusão ao nível dos conceitos, dizendo que volta a repetir o que disse da primeira vez que se discutiu o documento final. O documento estava em aberto e não é só a Câmara Municipal de Porto de Mós que está a fazer rectificações.-----

-----Respondeu ainda a **João Manuel Rodrigues Coelho** dizendo, no que se refere ao Instituto Educativo da Juncal que este não forneceu os indicadores que foram pedidos, razão pela qual se diz no documento que a informação é indisponível. -----

-----O senhor **Presidente da Câmara** respondeu a **Olga Silvestre** dizendo que existia um projecto para ampliação da pré-primária existente, tendo a Câmara entendido que ele ficava completamente desfasado tendo merecido o apoio dos pais das crianças que ali frequentavam as aulas, dado que o Jardim se encontra numa zona completamente fora da povoação, pelo que se pensou em refazer esta situação, construindo junto à actual primária um edifício para a pré-primária, juntando as crianças em idade escolar daquela povoação num pólo educativo e potenciando também alguns serviços como sejam as refeições e ainda outros complementos da área educativa. Referiu ainda que as obras de que o Jardim-de-infância necessita são de tal forma avultada que justificam a deslocalização daquela unidade de ensino, dizendo ainda não saber qual o destino que a mesma irá ter depois. Alertou ainda que o processo ainda não está encerrado, dado que necessita que adquirir dois terrenos estando o processo ainda nessa fase. Quanto à data, disse estar em Plano de Actividade e que espera ainda este ano iniciar as obras.-----

-----Não havendo mais intervenções foi este ponto da ordem de trabalhos posto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com três abstenções**.-----

-----**5. Relatório Anual da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Porto de Mós, no âmbito da alínea i) do nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao senhor Vereador Rui Neves, por ser ele que tem acompanhado os trabalhos desta Comissão mais de perto, desempenhando as funções de Presidente da mesma. Este usando da palavra esclareceu que este relatório é um documento anual e que corresponde a um conjunto de situações que tem a ver com a actividade da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Porto de Mós esclarecendo que todos os dados que ali estão expressos são o resultado de um ano de trabalho.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PPD/PSD):**-----

-----Usou da palavra para referir que não está mencionado no Relatório o representante da Psicativa, perguntando se se trata de lapso.-----

-----**José Jorge Couto Vala (PPD/PSD):**-----

-----Fez algumas sugestões no sentido da correcção de alguns elementos que constam do relatório.-----

-----O senhor Vereador do Pelouro da Educação respondeu a Olga Silvestre dizendo que o representante da Psicativa foi eleito em 2006, para o ano de 2007 e que o relatório que está aqui em apreciação se refere à actividade desenvolvida pela Comissão de Protecção no ano de 2006.--

-----**4. 6. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara fez uma breve referencia aos trabalhos executados pela Câmara Municipal no período que mediou entre esta sessão e a anterior, tendo oportunamente distribuído documento escrito a todos os membros da Assembleia Municipal, que fica devidamente arquivado nestes serviços administrativos dando especial ênfase à conclusão das obras da escola básica de S. Jorge, convidando formalmente os membros da Assembleia para estarem presentes na sua inauguração que terá lugar no dia 1 de Maio próximo e que terá a presença do senhor Governador Civil do Distrito de Leiria. -----

-----Ressaltou depois outros aspectos da actividade municipal neste período e que se encontra contemplado no documento que foi distribuído aos membros, nomeadamente no âmbito da protecção civil, destacando a aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.-----

-----No âmbito da Acção Social destacou a presença do Dr. Moita Flores, do Dr. Laborinho Lúcio e Dr. Murta Cadima proximamente, numa iniciativa cuja organização foi da responsabilidade daquele pelouro sob o nome de Encontros e Saberes e que terá lugar no Cine Teatro de Porto de Mós.-----

-----Referiu ainda que o processo de revisão do PDM está em curso bem como o Plano de Pormenor da Várzea estando ainda a acompanhar de muito perto e com muita preocupação o Plano de Ordenamento da Várzea. Disse ainda que foram feitos acertos com os limites geográficos do concelho da Batalha que depois de ouvidas as respectivas Assembleias de Freguesia têm que ser aprovados por esta Assembleia Municipal na sessão de Junho. -----

-----Disse ainda que foram adquiridos e escriturados vários terrenos do lado poente da Esplanada, ou seja todos os terrenos da zona poente da esplanada até à VDG1, alinhando pela Esplanada, estão adquiridos, faltando escriturar um terreno devido a dificuldades burocráticas em virtude de os familiares se encontrarem no estrangeiro.-----

-----Rotunda em S. Jorge – Parceria Câmara Municipal/IEP/Feira Nova.-----

-----Fez ainda referencia à urgência em se fazerem alterações na rotunda do Rossio atendendo a que o consumo de energia com os repuxos de água é muito avultada, atingindo mais de mil euros por mês. Referiu ainda o facto de as bombas de água se encontrarem uma avariada e a outra em muito mau estado. Por estes motivos contratou um escultor que fez um trabalho cuja “maquette” passou a exhibir, dizendo que a substituição estará pronta por volta das Festas de S. Pedro.-----

-----**Jorge Manuel dos Santos Pereira (PPD/PSD):**-----

-----Fez referencia ao facto de se continuar neste país a fazer obra apenas por meia dúzia de anos, findos os quais se volta a intervir gastando o erário publico em coisas sem grande significado, dizendo que não se está a referir especificamente à substituição da rotunda junto à Igreja, mas sim ao que se passa a nível do país. -----

-----Perguntou ainda qual a altura da escultura temendo que esta venha tirar as vistas à Igreja de S. Pedro.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):**-----

-----Realçou a conclusão das obras da EB1 de S. Jorge, obra que merece alguma relevância. Regozijou-se pela retirada das “pseudo mós” da rotunda da Igreja. Disse ainda que compreende as preocupações de Jorge Pereira mas que na altura em que a rotunda foi construída, se esta Assembleia tivesse tido oportunidade de se pronunciar, se calhar este Presidente da Câmara não teria a necessidade de proceder a essa substituição, com a agravante de acarretar custos de manutenção tão elevados, pelo que considera que por estes motivos não há aqui, má gestão dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dinheiros públicos. -----

-----**Vitor Louro Cordeiro (P.S.):**-----

-----Fez um breve comentário sobre as obras da EB1 de S. Jorge e na sequencia referiu-se também ao encerramento de escolas na freguesia de Juncal, dizendo que será preferível que as crianças fiquem concentradas num pólo educativo, pois cada um aprenderá bastante com as vivências dos outros. Referiu-se também à entrada da Vila de Porto de Mós pela Corredoura e às obras de beneficiação que lá têm sido levadas a efeito. Fez ainda uma referência às obras da Casa Velório do Juncal e também ao pavilhão gimnodesportivo. Mencionou ainda o tempo que se perdeu a fazer a trasladação das ossadas do cemitério dizendo que tem dúvidas acerca do valor arqueológico das mesmas.-----

-----Perguntou ainda sobre se as obras do gimnodesportivo do Juncal se encontram paradas.-----

-----Referiu-se ainda à obra do Jardim – Espaço Jovem – que reputa de fundamental importância para a ocupação e convívio saudável dos jovens, perguntando para quando a sua conclusão.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista – PPD/PSD):**-----

-----Fez referência à rotunda do Rossio dizendo que também nunca gostou do que lá estava e que finalmente vai ser alterado. Disse ainda que não iria comentar a maquette que está a ver pela primeira vez. Referiu-se depois aos campos de ténis e ao facto de o senhor Presidente ter dito em determinada altura que iria ser construído um terceiro, questionando-o acerca disso. Fez ainda menção aos limites geográficos das freguesias que confinam com o concelho da Batalha. Disse que na última reunião da Assembleia de freguesia de S. João Baptista, este foi um dos assuntos que foi debatido. Disse ainda que depois da reunião havida na Batalha com as respectivas freguesias e os dois municípios e tendo lá sido aprovados os mapas já devidamente alterados, alguns dias depois, a Junta de Freguesia de S. João Baptista recebeu um segundo mapa proveniente da Câmara da Batalha, e em que era proposta uma alteração que dizia respeito especificamente ao lugar de Mendigos e respectivo vazadouro e que a Câmara da Batalha absorveria tendo esta proposta sido chumbada pela Assembleia de Freguesia.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PPD/PSD):**-----

-----Pedi esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara acerca de apoio concedido à Escola Dr. Manuel Perpétua na elaboração do Plano de Emergência, perguntando quem superintende aquele edifício, uma vez que a Comissão de Pais anda a solicitar ajuda às Juntas de Freguesia e outras entidades para reparar um tecto, dizendo que este tipo de reparações deviam ser feitas por outros meios.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a esclarecer as dúvidas dos anteriores intervenientes, nomeadamente no que diz respeito à alteração da rotunda do Rossio, dizendo que a escultura que lá será colocada não irá colidir com os edifícios envolventes, nomeadamente com a Igreja de S. Pedro, embora a mesma tenha cinco metros e meio de altura. Quanto às despesas da rotunda, disse que dentro de dois anos a mesma estará paga.-----

-----Quanto a Antonieta Mariano, agradeceu as palavras que lhe dirigiu, dizendo saber que durante muitos anos, foi uma mulher que se bateu pelo embelezamento da vila de Porto de Mós e terminou dizendo que já é agradável viver em Porto de Mós.-----

-----Referiu ainda que o problema da água no Alqueidão da Serra é um problema muito complicado mas que já foi adquirido o terreno para se avançar dentro de pouco tempo com os depósitos de água.-----

-----Quanto à escola de S. Jorge, definiu-a como uma das maravilhas das escolas do concelho,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em termos de arquitectura, em termos de acabamentos finais, em termos de funcionalidade e em termos de inovação tecnológica. -----

-----Referindo-se aos passeios da Corredoura, disse que estes haviam sido feitos exclusivamente com pessoal da Câmara. -----

-----Quanto à Casa Velório do Juncal, referiu que a obra vai para concurso dentro de pouco tempo.-----

-----No que refere ao gimnodesportivo disse que a obra está efectivamente a andar devagar, dizendo que a empresa não está a cumprir os prazos. Mas que por se tratar de obra subsidiada com fundos comunitários há *timings* a cumprir.-----

-----Quanto ao Espaço Jovem, disse que vai brevemente entrar em concurso estando neste momento a consultar as entidades.-----

-----Relativamente aos campos de ténis, reconheceu a necessidade de construção de um terceiro campo.-----

-----Respondendo a Carlos Venda disse que o dono do edifício do escola Dr. Manuel Perpétua é o Ministério da Educação e é aquele que compete fazer obras, embora daqui a algum tempo vá passar para a alçada da Câmara, que terá que exigir contrapartidas financeiras para a receber e para fazer face às despesas de reparação que a mesma exige. -----

-----MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações **1. Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas relativamente ao ano de 2006, 2. Constituição do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da Lei nº 33/98 de 18 de Julho; 3. Aditamento de Elementos Técnicos à Carta Educativa nos termos do artigo 19º do Decreto Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro** tendo estas sido submetidas a votação e aprovadas por unanimidade. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 00.30 do dia 28 de Abril e para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada. -----

